SUMÁRIO

/ 1	. Ética	a.,	17		2.5.	Teoria geral do direito – Parte 1	44
	1.1,	Legislação da Ordem dos Advogados	18		2.6.	Teoria geral do direito – Parte 2	45
	1.2.	Órgãos de gestão da OAB	19		2.7.	Teorias Políticas/Sociais	46
	1.3.	Eleições e Mandatos na OAB	20	3.	Direit	to Constitucional	47
	1.4.	Inscrição na OAB	21		3.1.	Teoria da Constituição: Poder Constituinte, princípios	
	1.5.	Licenciamento e Cancelamento da Inscrição	22		5.1.	fundamentais e eficácia das normas constitucionais	48
	1.6.	Estagiário	23		3.2.	Direitos fundamentais em espécie	49
	1.7.	Advogado empregado	24		3.3.	Direitos de Nacionalidade	50
	1.8.	Advocacia pro bono	25		3.4.	Direitos Políticos: Voto, Sujeitos Ativos e Passivos	51
	1.9.	Atividades privativas do advogado	26		3.5.	Direitos Políticos e Partidos Políticos	52
	1.10.	Sociedade de advogados	27		3.6.	Direitos Políticos: Inelegibilidades	53
	1.11.	Procuração e mandato	28		3.7.	Da organização do Estado Brasileiro – Parte 1	54
	1.12.	Honorários advocatícios	29		3.8.	Da organização do Estado Brasileiro – Parte 2	55
	1.13.	Direitos e prerrogativas do advogado – Parte 1	30		3.9.	Estrutura e função do Poder Legislativo e Imunidades	
	1.14.	Direitos e prerrogativas do advogado – Parte 2	31			dos Parlamentares	56
	1.15.	Direito da mulher advogada	32		3.10.	Processo Legislativo Federal	57
	1.16.	Publicidade profissional	33		3.11.	Estrutura e organização do Poder Executivo e	
	1.17.	Infrações e sanções disciplinares	34			Responsabilidade	58
	1.18.	Processo disciplinar	35		3.12.	Estrutura e Organização do Poder Judiciário – Parte 1	59
	1.19.	Incompatibilidade e impedimento	36		3.13.	Estrutura e Organização do Poder Judiciário – Parte 2	60
	1.20.	Responsabilidades do advogado	37		3.14.	Controle de constitucionalidade difuso e concentrado	61
2	Filos	Filosofia do Direito			3.15.	Remédios (ações) constitucionais – Parte 1	62
_			39		3.16.	Remédios (ações) constitucionais – Parte 2	63
	2.1.	Grécia antiga	40		3.17.	Da ordem econômica e social	64
	2.2.	Idade média	41	4	Diroit	tos Humanos	65
	2.3.	Contratualismo		7.			
	2.4.	Teorias éticas	43		4.1.	Conceitos, teorias e estruturas gerais – Parte 1	66

	4.2.	Conceitos, teorias e estruturas gerais – Parte 2	67	6.3.	Homologação de Decisão Estrangeira e da	•
	4.3.	Conceitos, teorias e estruturas gerais – Parte 3	68		Convenção da Apostila de Haia	
	4.4.	Sistemas de Direitos Humanos: Internacionalização		6.4.	Direito Internacional Público	
		dos Direitos Humanos, ONU e a Carta Internacional	60	6.5.	Direito dos Tratados	96
	4.5.	dos Direitos Humanos Direitos Humanos Internacional: Tratados	69	6.6.	Missões Diplomáticas: Imunidade e Renúncia, Isenção de Impostos ao Representante Diplomático	97
	1.5.	Internacionais Diversos de Proteção das Pessoas	70	6.7.	Nacionalidade – Parte 1	
	4.6.	Sistemas Regionais de Direitos Humanos	71	6.8.	Nacionalidade – Parte 2	99
	4.7.	Sistema Nacional de Direitos Humanos: Constituição		6.9.	Domínio Público Internacional – Brasil	100
		e Leis Protetivas dos Direitos Humanos	72	6.10.	Direito Comunitário e Direito de Integração Regional	101
	4.8.	Direito dos Refugiados e Asilados	73	6.11.	Sistema de Solução de Controvérsias da Organização	
	4.9.	TPI – Tribunal Penal Internacional – Estatuto de Roma	74		Mundial do Comércio (OMC) e Direito Internacional	
	4.10.	Tratado de Marraqueche	75		do Trabalho	102
	4.11.	Lei de Migração (Lei nº 13.445/17)	76	6.12.	Lei de Migração (Lei nº 13.445/17): Princípios,	
	4.12.	Direito das pessoas com deficiência			Diretrizes e Direitos que regem a Política Migratória Brasileira e Documentos de Viagem	103
		(Lei nº 13.146/2015)	77	6.13.	Perda de Nacionalidade	
				05.	i eraa de Haeronandade	. •
5.	Direit	to Eleitoral	79	Diroi	to Financoiro	105
5.	Direit 5.1.		7		to Financeiro	105
5.		Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	7	7.1.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito	
5.	5.1. 5.2.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral Sistemas Eleitorais	80 81	7.1.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	106
5.	5.1.5.2.5.3.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81	7.1. 7.2.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro Estudo do Orçamento Público	100
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83	7.1. 7.2. 7.3.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro Estudo do Orçamento Público Receitas e Despesas Públicas	106 107 108
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84	7.1.7.2.7.3.7.4.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro Estudo do Orçamento Público Receitas e Despesas Públicas Lei de Responsabilidade Fiscal	106 107 108 109
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85	7.1.7.2.7.3.7.4.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro Estudo do Orçamento Público Receitas e Despesas Públicas	106 107 108 109
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.5.7.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85	7.1.7.2.7.3.7.4.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	106 107 108 109
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.5.7.5.8.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85 86	7.1. 7.2. 7.3. 7.4. Direi	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	106 107 108 109 11 1
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.5.7.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85 86 87	7.1. 7.2. 7.3. 7.4. Direi	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	106 107 108 109 111
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.5.7.5.8.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85 86 87	7.1. 7.2. 7.3. 7.4. Direi 8.1. 8.2. 8.3.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	106 107 108 109 111 112 113
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.5.7.5.8.5.9.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85 86 87 88 89	7.1. 7.2. 7.3. 7.4. Direi 8.1. 8.2. 8.3. 8.4.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	100 100 100 100 111 113 114 115
5.	5.1. 5.2. 5.3. 5.4. 5.5. 5.6. 5.7. 5.8. 5.9. 5.10.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85 86 87 88 89	7.1. 7.2. 7.3. 7.4. Direi 8.1. 8.2. 8.3. 8.4. 8.5.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	100 103 109 111 112 113 114 115
5.	5.1.5.2.5.3.5.4.5.5.5.6.5.7.5.8.5.9.	Conceito e Princípios do Direito Eleitoral	80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 91 92	7.1. 7.2. 7.3. 7.4. Direi 8.1. 8.2. 8.3. 8.4.	Atividade Financeira – Introdução ao Direito Financeiro	100 103 108 111 113 114 115 116



	8.8.	Extinção do Crédito Tributário	119		9.20.	Responsabilidade Extracontratual do Estado – Parte 1	151
	8.9.	Exclusão do Crédito Tributário	120		9.21.	Responsabilidade Extracontratual do Estado – Parte 2	152
	8.10.	Garantias e Privilégios do Crédito, Administração			9.22.	Intervenção do Estado na Propriedade – Parte 1	153
		Tributária e Certidões	121		9.23.	Intervenção do Estado na Propriedade – Parte 2	154
	8.11.	Responsabilidade Tributária e Denúncia Espontânea	122		9.24.	Responsabilidade das Pessoas Jurídicas Pela Prática	
	8.12.	Impostos em Espécie	123			de Atos Danosos Contra a Administração Pública	155
	8.13.	Taxas e Contribuição de Melhoria	124		9.25.	Intervenção do Estado na Ordem Econômica – Parte 1	156
	8.14.	Empréstimos Compulsórios	125		9.26.	Intervenção do Estado na Ordem Econômica – Parte 2	157
	8.15.	Contribuições Especiais	126		9.27.	Lei de Acesso à Informação	158
	8.16.	Execução Fiscal	127		9.28.	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	159
	8.17.	Ações Tributárias	128	10	Dimin		
	8.18.	Legislação Tributária	129	10.	Direit	o Ambiental	161
9.	Diroit	o Administrativo	121		10.1.	Direito Ambiental na Constituição Federal	
J.						e Competências em Matéria Ambiental – Parte 1	162
	9.1.	Noções Introdutórias			10.2.	Direito Ambiental na Constituição Federal	162
	9.2.	Organização e Função da Administração Pública			10.2	e Competências em Matéria Ambiental – Parte 2	
	9.3.	Princípios da Administração Pública – Parte 1			10.3.	Responsabilidade Ambiental	164
	9.4.	Princípios da Administração Pública – Parte 2			10.4.	Da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/1981	165
	9.5.	Poderes da Administração Pública			10 E		
	9.6.	Agentes Públicos – Parte 1	137		10.5.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação	
	9.7.	Agentes Públicos – Parte 2	138		10.6.	Código Florestal – Lei nº 12.651/2012	167
	9.8.	Improbidade Administrativa – Parte 1			10.7.	Da Competência Administrativa Ambiental – LC nº 140/2011	160
	9.9.	Improbidade Administrativa – Parte 2	140		10.8.	Estatuto da Cidade e Política Nacional	100
	9.10.	Atos Administrativos	141		10.0.	sobre Mudança do Clima	169
	9.11.	Controle da Administração Pública	142		10.9.	Proteção à Fauna e Gestão das Florestas Públicas	
	9.12.	Processo Administrativo Federal	143		10.10.	Estatuto da Cidade	
	9.13.	Serviços Públicos – Parte 1	144			Política Nacional de Resíduos Sólidos e Diretrizes	17.1
	9.14.	Serviços Públicos – Parte 2	145		10.11.	Nacionais de Saneamento Básico	172
	9.15.	Licitações – Parte 1	146				
	9.16.	Licitações – Parte 2	147	11.	Direit	o Civil	173
	9.17.	Contratos Administrativos	148		11.1.	Direito Civil, Constituição e Divisão da Parte Geral	174
	9.18.	Bens Públicos – Parte 1	149		11.2.	Obrigações	175
	9.19.	Bens Públicos – Parte 2	150		11.3.	Contratos – Parte 1	176

	11.4.	Contratos – Parte 2	. 177		13.6.	Proteção Contratual	. 207
	11.5.	Contratos – Parte 3	. 178		13.7.	Defesa do Consumidor em Juízo	. 208
	11.6.	Responsabilidade Civil – Parte 1	. 179		13.8.	Cobrança de dívidas (Artigos 42 e 42-A do CDC)	. 209
	11.7.	Responsabilidade Civil – Parte 2		14.	Direit	o Empresarial	211
	11.8.	Posse: classificação	. 181		14.1.	Teoria Geral do Direito Empresarial – Parte 1	
	11.9.	Posse: efeitos	. 182		14.1.	Teoria Geral do Direito Empresarial – Parte 1	
	11.10.	Direito de Família	. 183		14.2.	Sociedade – Parte 1	
	11.11.	Direito Matrimonial	. 184		14.3. 14.4.	Sociedade – Parte 2	
	11.12.	Direito Matrimonial: impedimentos e causas suspensivas	185		14.4.	Arbitragem e Procedimento Arbitral	
	11.13.				14.6.	Contratos Empresariais – Parte 1	. 217
		Abertura da sucessão			14.7.	Contratos Empresariais – Parte 2	. 218
		Capacidade sucessória			14.8.	Contratos Empresariais – Parte 3	. 219
		·			14.9.	Títulos de Crédito – Parte 1	. 220
12.	Direit	o da Criança e do Adolescente	189		14.10.	Títulos de Crédito – Parte 2	. 221
	12.1.	Disposições Introdutórias – Estatuto da Criança e do			14.11.	Direito Recuperacional e Falimentar – Parte 1	
		Adolescente			14.12.		
	12.2.	Direitos da Criança e do Adolescente			14.13.	Propriedade Industrial	. 224
	12.3.	Prevenção Especial			14.14.	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	. 225
	12.4.	Medidas de Proteção		15.	Proce	sso Civil	227
	12.5.	Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis			15.1.		
	12.6.	Ato Infracional				Ação de Conhecimento – Parte 1	
	12.7.	Acesso à Justiça			15.2.	Ação de Conhecimento – Parte 2	
	12.8.	Política de Atendimento e Conselho Tutelar			15.3.	Ação de Conhecimento – Parte 3	
	12.9.	Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes	. 198		15.4.	Ação de Conhecimento – Parte 4	
	12.10.	Infrações administrativas às normas de proteção	. 199		15.5.	Ação de Conhecimento – Parte 5	
13.	Direit	o do Consumidor	201		15.6. 15.7.	Ação de Conhecimento – Parte 6 Ação de Execução – Parte 1	
	13.1.	Relação de Consumo			15.7.	Ação de Execução – Parte 2	
	13.1.	Direitos Básicos do Consumidor			15.0.		
	13.2.	Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo			15.9.	Ação de Execução – Parte 3 Ação de Execução – Parte 4	
	13.4.	Decadência e Prescrição			15.10.	Ação de Execução – Parte 5	
		-					
	13.5.	Práticas Comerciais	. 200		15.12.	Procedimentos Especiais	. 239



	15.13.	Recursos – Parte 1	240		16.26.	Crimes contra a Administração Pública – Parte 1	273
	15.14.	Recursos – Parte 2	241		16.27.	Crimes contra a Administração Pública – Parte 2	274
	15.15.	Recursos – Parte 3	242		16.28.	Crimes contra a Administração da Justiça – Parte 1	275
	15.16.	Recursos – Parte 4	243		16.29.	Crimes contra a Administração da Justiça – Parte 2	276
	15.17.	Juizado Especial Cível Estadual – Parte 1	244	17	Proce	sso Penal	277
	15.18.	Juizado Especial Cível Estadual – Parte 2	245	17.			2//
	15.19.	Juizado Especial Cível Estadual – Parte 3	246		17.1.	Princípios Fundamentais do Direito Processual Penal e Aplicação da Lei Processual Penal	278
6.	Direit	o Penal	247		17.2.	Inquérito Policial – Parte 1	279
	16.1.	Aplicação da Lei Penal – Parte 1	248		17.3.	Inquérito Policial – Parte 2	280
	16.2.	Aplicação da Lei Penal – Parte 2	249		17.4.	Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)	281
	16.3.	Relação de Causalidade ou Nexo Causal			17.5.	Ação Penal	282
	16.4.	Do Crime – Parte 1			17.6.	Competência e Jurisdição – Parte 1	283
	16.5.	Do Crime – Parte 2			17.7.	Competência e Jurisdição – Parte 2	284
	16.6.	Erro de Tipo Acidental			17.8.	Provas – Parte 1	285
	16.7.	Excludentes de llicitude			17.9.	Provas – Parte 2	
	16.8. 16.9.	Imputabilidade Penal Concurso de Pessoas			17.10.	Sujeitos Processuais e Comunicação dos Atos	
	16.10.	Penas restritivas de direitos				Processuais	287
		Reincidência			17.11.	Prisões	288
		Concurso de crimes			17.12.	Medidas Assecuratórias Patrimoniais	289
		Suspensão Condicional da Pena			17.13.	Questões e Processos Incidentes – Parte 1	290
		Livramento Condicional			17.14.	Questões e Processos Incidentes – Parte 2	291
	16.15.	Efeitos da Condenação	262		17.15.	Procedimentos Penais – Parte 1	292
	16.16.	Extinção da Punibilidade	263		17.16.	Procedimentos Penais – Parte 2	293
		Crimes contra a Vida – Parte 1				Juizados Especiais Criminais – Parte 1	
		Crimes contra a Vida – Parte 2				Juizados Especiais Criminais – Parte 2	
		Lesão Corporal				Sentença e Coisa Julgada	
		Crimes contra a Honra – Parte 1				Recursos em Processo Penal – Parte 1	
		Crimes contra a Honra – Parte 2				Recursos em Processo Penal – Parte 2	
		Crimes contra o Patrimônio – Parte 1					298
		Crimes contra a Dignidada Sayual			17.22.	Ações Autônomas de Impugnação: Revisão Criminal, Habeas Corpus e Mandado de Segurança	200
		Crimes contra a Eá Dública			17 22	Nulidades no Processo Penal	
	10.25.	Crimes contra a Fé Pública	212		17.23.	Nulluades IIO Processo Penal	3UL

	17.24.	Lei de Execução Penal (LEP) – Parte 1	301		19.17.	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	328
	17.25.	Lei de Execução Penal (LEP) – Parte 2	302		19.18.	Segurança e Medicina do Trabalho	329
18.	Direito	o Previdenciário	303		19.19.	Tutelas Especiais do Direito do Trabalho – Parte 1	330
	18.1.	Seguridade Social			19.20.	Tutelas Especiais do Direito do Trabalho – Parte 2	331
	18.2.	Previdência Social			19.21.	Tutelas Especiais do Direito do Trabalho – Parte 3	332
	18.3.	Segurados do RGPS			19.22.	Direito Coletivo do Trabalho	333
	18.4.	Benefícios em Espécie		20	Proce	sso do Trabalho	335
	18.5.	Assistência Social		20.			
					20.1.	Teoria Geral do Processo do Trabalho	336
10	18.6.	Benefício de prestação continuada o do Trabalho			20.2.	Organização da Justiça do Trabalho e Competência Territorial	337
19.					20.3.	Competência da Justiça do Trabalho	338
	19.1.	Princípios			20.4.	Partes e Procuradores	
	19.2.	Aplicação da Norma Jurídica Trabalhista			20.5.	Atos, Termos, Prazos e Vícios dos Atos Processuais	
	19.3.	Prescrição Trabalhista			20.6.	Procedimentos Trabalhistas	
	19.4.	Relação de Emprego			20.7.	Petição Inicial e Resposta do Réu	
	19.5.	Relação do Trabalho			20.8.	Audiência	
	19.6.	Trabalhador Temporário e Terceirização			20.9.	Provas – Parte 1	
	19.7.	Contrato de Trabalho – Parte 1					
	19.8.	Contrato de Trabalho – Parte 2	319		20.10.		
	19.9.	Contrato de Teletrabalho	320		20.11.	Razões Finais, Sentença e Coisa Julgada	
	19.10.	Jornada de Trabalho – Parte 1	321		20.12.	•	
	19.11.	Jornada de Trabalho – Parte 2	322		20.13.		
	19.12.	Remuneração e Salário – Parte 1	323		20.14.	Sistema Recursal Trabalhista – Parte 2	349
	19.13.	Remuneração e Salário – Parte 2	324		20.15.	Execução Trabalhista – Parte 1	350
	19.14.	Rescisão do Contrato de Trabalho	325		20.16.	Execução Trabalhista – Parte 2	351
	19.15.	Da Força Maior	326		20.17.	Ações Especiais	352
	19.16.	Estabilidade	327		20.18.	Acordo Extrajudicial	353

